

A RELAÇÃO HEGEMÔNICA NO CONTEXTO FRONTEIRIÇO DE BRASILÉIA, EPITACIOLÂNDIA E COBIJA: AS NARRATIVAS HISTÓRICAS, AS TROCAS COMERCIAIS E O PORTUNHOL

HEGEMONIC RELATIONS IN THE BORDER CONTEXT OF BRASILÉIA, EPITACIOLÂNDIA AND COBIJA: HISTORICAL NARRATIVES, MARKET EXCHANGES AND PORTUNHOL

Ghislaine Brito de Arruda^a <https://orcid.org/0000-0002-1260-435X>

Marcello Messina^b <https://orcid.org/0000-0002-8822-3342>

Resumo

Este artigo tem como objetivo apresentar um pequeno panorama conectado à relação hegemônica entre brasileiros e bolivianos, expressa sobretudo nas formas linguísticas utilizadas, e presente na fronteira amazônica Brasil-Bolívia que compreende a região geográfica das cidades de Brasiléia, Epitaciolândia e Cobja. Após introduzir o complexo tema das fronteiras e das suas produções abundantes no contexto amazônico, nos situamos como professores ativos no ensino de línguas, e nos concentramos primariamente no aspecto linguístico das interações entre bolivianos e brasileiros, e encaixando-as também em leituras gramscianas e pós-gramscianas do conceito de hegemonia. Em seguida, consideramos a problemática incongruência das versões históricas que inscrevem a formação do estado do Acre e a sua pertença ao Brasil, avaliando criticamente as narrativas triunfais do lado brasileiro contra as memórias ressentidas do lado boliviano. Continuamos com uma análise empírica da hibridação linguística e da produção de formas intermédias em portunhol na cidade de Cobja — algo que não foi possível perceber nas cidades fronteiriças do lado brasileiro. Finalizamos propondo uma horizontalização dos olhares que promova diálogos entre significações, cosmovisões e línguas, ao fim de consolidar a coexistência fronteiriça.

Palavras chave: Fronteira; Acre; Brasileiros; Bolivianos; Linguística; Hegemonia.

Resumen

Este artículo tiene como objetivo presentar un panorama general sobre la relación entre brasileños y bolivianos, expresada ante todo en las formas lingüísticas utilizadas, y presente en la frontera amazónica Brasil-Bolivia, que comprende la región geográfica de las ciudades de Brasiléia, Epitaciolândia y Cobja. Tras introducir el complejo tema de las fronteras y de sus abundantes producciones en el contexto amazónico, nos situamos como profesores activos en la enseñanza de lenguas y nos concentramos inicialmente en el aspecto lingüístico de las interacciones entre bolivianos y brasileños, enmarcándolas, además, entre lecturas gramscianas y post-gramscianas del concepto hegemonía. En seguida, consideramos la problemática incongruencia de las versiones históricas que inscriben la formación del estado de Acre y su pertenencia a Brasil, evaluando críticamente las narrativas triunfales del lado brasileño contra las memorias resentidas del lado boliviano. Continuamos con un análisis empírico de la hibridación lingüística y de la producción de formas intermedias en portuñol en la ciudad de Cobja, algo que no fue posible percibir en las ciudades fronterizas del lado brasileño. Finalizamos proponiendo una horizontalización de las miradas que promueva diálogos entre significaciones, cosmovisiones y lenguas, a fin de consolidar la coexistencia fronteriza.

Palabras clave: Frontera; Acre; Brasileños; Bolivianos; Lingüística; Hegemonía.

Abstract

This article aims to present a brief overview of the hegemonic relations between Brazilians and Bolivians, expressed mainly via the linguistic forms used in the Amazonian border between Brazil and Bolivia, across the border cities of Brasiléia, Epitaciolândia and Cobja. After introducing the complex theme of the abundant productivity of borders in the Amazonian context, we situate ourselves as language teachers and focus primarily on the linguistic aspects of the interactions between Bolivians and Brazilians, also placing them against the backdrop of Gramscian and post-Gramscian understandings of the concept of hegemony. We then consider the shortcomings of the historical narratives that inscribe the formation of the state of Acre and its belonging to Brazil, critically evaluating the triumphant celebrations of the Brazilian side vis-à-vis the resentful memories of the Bolivian side. We continue with an empirical analysis of linguistic hybridization and the production of intermediate forms in Portunhol in the Bolivian city of Cobja — something that was not so evident in the border cities on the Brazilian side. We conclude by advocating a horizontalization of perspectives that promotes dialogues between meanings, worldviews and languages, in order to consolidate border coexistence.

Keywords: Border; Acre; Brazilians; Bolivians; Linguistics; Hegemony.

Fecha de recepción: 28-11-2024 Fecha de aceptación: 11-10-2024

^a Universidade Federal do Acre, Rio Branco. Correio eletrônico: ghislaine.arruda@sou.ufac.br

^b Southern Federal University, Rostóvia do Dom. Correio eletrônico: messina@sfned.ru

[...] toda fronteira é por definição um campo de frentes que muitas vezes se chocam e se desarmonizam. A fronteira é um front, incluindo o seu sentido bélico (confronto/enfrentamento) de raiz etimológica mais direta a este aspecto e originada do latim. Na sua existência manifesta, carrega interesses diversos e põe em contatos muitas vezes não desejados ou esperados pessoas de perfis antagônicos em sentidos político, nacionalista, ideológico, linguístico, cultural, religioso, econômico, ambiental, etc. (Silva, 2020: 48-49).

Antes de qualquer discussão a respeito da temática deste trabalho, tomamos como ponto de partida a epígrafe acima que nos apresenta uma definição para a palavra fronteira: segundo Francisco Bento da Silva, o termo “fronteira” vai muito além de uma delimitação geográfica entre dois espaços distintos. Seu significado está carregado de outras definições que promovem a separação e diferenciação de determinados grupos com características sociais, culturais e linguísticas diferentes.

Com isso, é possível perceber que além das fronteiras geográficas, estamos submersos em fronteiras sociais, religiosas, culturais, entre outras, que apresentam distinções entre povos, classes, etnias, etc., além de marcas identitárias que definem e distanciam os grupos. Apesar da separação, ou seja, do front que a fronteira promove, esses grupos mantêm relações entre si e coabitam em espaços geográficos compartilhados, mas estão sempre demarcados por formas de identificação que se referem ao pertencimento, às condições de opressão e privilégio, à origem (étnica, nacional, geográfica, de classe, etc.) de cada sujeito. Wilson e Donnan (1998) identificam, a partir da antropologia das fronteiras, três níveis críticos e descritivos: em primeiro lugar, o limite legal que constitui a fronteira, como eixo de separação e de conjunção entre estados; secundamente, as estruturas de vigilância que servem para proteger e demarcar o limite; em terceiro lugar, as dimensões socioculturais, ou seja as fronteiras como zonas estendidas de contacto a partir da qual se estabelecem separações simbólicas associadas à pertença a estados diferentes (1998: 9).

Esta pervasividade das fronteiras se aplica a vários campos de ação e a várias circunstâncias humanas e sociais. Nas suas discussões sobre a condição dos imigrantes no Reino Unido, Kapoor e Narkowicz nos explicam que a experiência da fronteira vai para além do ponto de imigração, mas se estende “a um ponto mais fluido de inclusão/exclusão que invade a vida cotidiana das comunidades racialmente marginalizadas” (Kapoor & Narkowicz, 2019: 654)¹. Kadel reflete sobre a situação fronteiriça das cidades gêmeas de El Paso, nos Estados Unidos, e Ciudad Juárez, do lado mexicano: segundo a autora, a força discursiva da fronteira entre o “primeiro mundo” estadunidense e o “terceiro mundo” mexicano, narrado constantemente como

lugar de sujeira e indigência, serve para ocultar a existência de outras fronteiras internas entre centros burgueses e periferias subproletárias, que afeta tanto o lado mexicano quanto aquele da cidade estadunidense (Kadel, 2002).

Citamos aqui o importante trabalho de Kadel, embora concordemos com a crítica de Grimson (2005) sobre a abundância excessiva de referências à fronteira EUA-México como padrão teórico para o estudo de outras situações de fronteira, já que ela é a fronteira com a maior desigualdade estrutural conhecida, e já que cada fronteira deveria ser, de fato, estudada em suas especificidades. Portanto, nos adentrando mais nas especificidades do objeto do nosso estudo, nos deslocamos para o estado do Acre, situado no oeste extremo do Brasil, que abriga duas fronteiras internacionais com a Bolívia e o Peru.

Como nos sugere Gerson Albuquerque (2020), a capital, a cidade de Rio Branco, também abriga inúmeras fronteiras internas: primeiramente, o mesmo Rio Acre, que, na zona central da cidade, separa o bairros mais ricos e as sedes do poder estadual e municipal da pobreza e do descaso do Segundo Distrito (cf. Albuquerque, 2020). Albuquerque continua abordando as franjas de Rio Branco, que “na perspectiva tradicional, são tomadas como fronteiras entre o rural e o urbano, sem se dar conta de que a própria cidade estava no útero da floresta” (Albuquerque, 2020: 112).

Redigido alguns anos antes da finalização da ponte do Abunã sobre o Rio Madeira, e a partir dos mesmos projetos de pesquisa que levaram ao presente artigo, o trabalho de Messina e Souza (2018) reflete polemicamente sobre a insularidade à qual o Acre é relegado no espaço nacional brasileiro, chegando a lançar a provocação de que o verdadeiro confim ocidental brasileiro fosse a divisa entre Rondônia e Acre: “a verdadeira fronteira nacional do Brasil, nessa região, não é o Rio Acre, mas sim o Rio Madeira, ou seja, o ‘Brasil’ acaba de fato em Porto Velho” (Messina & Souza, 2018: 90).

Mais em geral, a diversidade presente no contexto amazônico evidencia a operacionalidade de diversas fronteiras. Além das fronteiras nacionais, como vimos, existem barreiras físicas, e fatores como a presença de diferentes povos indígenas, tanto em terras demarcadas, quanto em outros espaços urbanos e rurais. No primeiro caso, estamos em presença de uma demarcação que evidencia, de fato, a existência de atores geopolíticos dotados de soberania própria (defendida pela mesma constituição brasileira), que inclusive interagem e interferem tanto com a soberania do Brasil quanto com a soberania dos países vizinhos (Fontes, 2011); no segundo caso, estamos de qualquer forma em presença de sujeitos pertencentes a nações, cuja soberania nunca foi cedida ao estado colonial, mas sim usurpada por ele (cf. Pugliese, 2015). Em ambos os casos, a produção de fronteiras entre os *settlers* (urbanos, rurais, etc.) e os indígenas é constante e abundante: em outro trabalho pertencente a este

¹ “to a more fluid point of inclusion/exclusion encroaching into everyday life of racially marginalised communities”

mesmo projeto de pesquisa, Messina e Souza (2020) relatam a exclusão dos Huni Kuin residentes na cidade de Plácido de Castro de serviços garantidos aos cidadãos brasileiros, como a assistência pré-natal nos postos de saúde do SUS (Messina & Souza, 2020: 1174). Finalmente, os constantes fluxos migratórios evidenciam um contexto em que, usando as palavras de Armstrong Santos sobre o ingresso de haitianos no Acre, “outras fronteiras continuam de pé norteando a separação entre o *nós* e o *eles*” (Santos, 2016: 36). Corroborando com tudo isso, Pádua (2000) afirma que:

Para equacionar de forma mais apropriada a problemática da Amazônia, em toda sua complexidade, é necessário sempre ter em mente que aquela região vive hoje uma situação histórica que pode ser classificada como tipicamente de “fronteira”. O que caracteriza uma situação deste tipo é a presença do conflito, ou pelo menos da interação social ainda pouco normatizada, em um grau de intensidade de mais elevado (Pádua, 2000: 787).

Mesmo em polos urbanos fronteiriços como aquele de Cobiça-Epitaciolândia-Brasília, portanto, a fronteira internacional é apenas uma das múltiplas fronteiras sociais, geográficas e discursivas existentes. As relações estabelecidas entre os diferentes grupos que habitam um lado e outro de cada uma dessas fronteiras são mediadas por relações de poder que identificam grupos hegemônicos e grupos subalternos, nos quais a cultura dominante exerce influência sobre culturas dominadas, oprimidas e silenciadas. Esses silenciamentos ocorrem por meio de diversas circunstâncias, e seja por questões políticas, culturais ou históricas, muitos desses grupos são levados “às margens”² em favorecimento de outros.

Neste sentido, é notório que as relações sociais estabelecidas nesses espaços são estremecidas e regidas por uma hegemonia em que um determinado grupo assume certo grau de poder nas interações sociais estabelecidas nesta conjuntura.

Como professores que atuam dentro do contexto amazônico brasileiro no campo dos estudos linguísticos e literários, sempre

nos foi evidente — desde a perspectiva brasileira — o desfavorecimento da cultura boliviana e das características linguísticas no que se refere ao ensino de espanhol em relação à variante europeia. O discurso que, no Acre e no Brasil, se estabeleceu e se cristalizou em relação aos bolivianos — e, em particular, aos bolivianos amazônicos do Departamento de Pando — devido a determinadas representações culturais, econômicas e históricas que serão discutidas mais em frente, leva parte dos acreanos a tratá-los como um povo que não merece destaque, não apenas em comparação à Espanha, mas também à Argentina e ao Uruguai, países latinoamericanos hispanofalantes considerados mais prestigiosos, devido também a uma maior preponderância demográfica das camadas euro-descendentes nestas duas nações; esta questão sempre levou os alunos a uma resistência à valorização linguística e cultural da Bolívia.

Além da variante pandina boliviana, outras variantes andinas³ do castelhano gozam de menor prestígio no contexto do ensino do espanhol, e em geral, do mundo hispanofalante: ainda com referência ao contexto fronteiriço do Acre, podemos elencar aqui o espanhol do Peru, assim como (embora muito menos) aquele do Equador.⁴ Dentro do mundo hispanofalante, isso é devido primariamente ao legado de um substancial “monocentrismo” (Rivarola, 2001) da codificação do espanhol, centrado na Espanha. Mas mesmo reconhecendo o movimento rumo a um espanhol pluricêntrico, como vislumbrado por Rivarola (2001), a variante andina permanece sendo considerada entre as menos prestigiosas também dentro do mundo hispanoamericano (Hernández Cabrera & Samper Hernández, 2018).

Essas evidências se tornam cada vez mais fortes se nos deslocamos à região de fronteira que compreende os espaços geográficos entre as cidades brasileiras de Brasília e Epitaciolândia, e a cidade boliviana de Cobiça. Apesar da livre circulação de pessoas nesses espaços, se observa a relação de poder estabelecida entre brasileiros e bolivianos, o choque das culturas e a depreciação de uma língua em favor da outra.

2 Utilizamos a expressão “às margens” tomando inspiração de um texto de Gerson Albuquerque (2016), que assim descreve a posicionalidade de discursos e culturas que brotam do “não lugar”. São os percursos e trajetórias que estão fora da “ordem das coisas”: “à margem dos convencionais eixos ou idealizados centros de produção/difusão de uma ‘cultura letrada’ e seus produtores de tudo o que deve ser consumido nas ‘periferias’ de um mundo assimétrico e hierarquizado. Desde as margens porque falamos de encontros produzidos/realizados no ‘oco do mundo’, mantendo distância dos ideais de ‘progresso da ciência’ que subjuga e transforma a vida, os seres da natureza e os saberes em produtos ou coisas com efêmero valor de uso e de troca em um mercado de *selfs* ou *perfumarias* de ocasião. Desde as margens porque suas trajetórias e perspectivas são outras, brotando do ‘não-lugar’ na ‘linha abissal’ que separa o norte e o sul, no dizer de Boaventura de Souza Santos.” (Albuquerque, 2016, p. 7).

3 Usamos aqui o termo “variantes andinas” como simplificação, mas estamos cientes do fato que a dialetologia boliviana, por exemplo, agrupa o espanhol falado no Distrito de Pando com as variantes típicas das “tierras bajas o tropicales de Bolivia” (Callisaya Apaza, 2012: 62). Neste sentido, o castelhano pandino é geralmente subsumido às variantes *cruceñas* dos dialetos boliviano, em oposição às variedades da família “*paceña y altiplánica*” (Callisaya Apaza, 2012: 306): se as primeiras variedades são influenciadas pelo contato com o grupo linguístico guarani, as segundas apresentam mais influências das línguas propriamente andina, a saber, aymara e quéchua. Outrossim, as variantes *cruceñas* são também denominadas como castelhano *camba*, e dentro delas, a sub-variedade pandina é caracterizada pelos substratos das línguas amazônicas da região, assim como pela crescente influência do português brasileiro (Callisaya Apaza, 2012: 101).

4 Além do critério da proximidade ao Acre, a nossa categorização segue o trabalho de Hernández Cabrera e Samper Hernández (2018), que distinguem a variante andina daquela chilena e incluem a Colômbia e a Venezuela nas variantes caribenhas. Cf. também Perl, Pörtl e Marin Presno (1999).

Nesse último caso, por exemplo, é comum observar um fenômeno linguístico denominado “portunhol” ou “portuñol”⁵ que se estabelece em muitas situações comunicativas dentro do território boliviano de Cobija, especialmente no contexto de espaços de interação da população local com brasileiros. Nessas situações, em Cobija, com muita naturalidade o português brasileiro se mistura com o espanhol boliviano — algo que não é visto, ou é visto muito menos, no lado brasileiro da fronteira.

Dessa forma, esse artigo se orienta a partir dos seguintes interrogantes: Qual a relação estabelecida entre bolivianos e brasileiros na fronteira que compreendem as cidades de Brasília, Eritaciolândia e Cobija? Como se dão as interações sociais, culturais e linguísticas nesse espaço? Para tentar responder essas questões, esse trabalho está dividido em quatro partes. Logo no início, apresentaremos uma breve discussão a respeito do termo hegemonia.

Em seguida, falaremos sobre a relação Brasil-Bolívia a partir do contexto cultural, social e histórico. Na terceira parte, nos propomos a comentar sobre a problemática linguística e a influência hegemônica do português nas interações comunicativas no espaço fronteiriço, com o destaque para a produção de híbridos no espaço urbano de Cobija. Por fim, nas considerações finais, apresentaremos uma reflexão sobre como estereótipos, discursos e barreiras culturais e linguísticas podem prejudicar a compreensão da diversidade que envolve os muitos mundos que vivemos dentro da língua espanhola.

Em geral, a proposta deste trabalho é apresentar uma pequena discussão a respeito da hegemonia da língua portuguesa sobre o espanhol, estabelecida na fronteira Brasil-Bolívia, e precisamente nas cidades de Brasília, Eritaciolândia e Cobija. E, também, apresentar uma reflexão sobre a temática que possa fornecer subsídios a professores e pesquisadores da área do espanhol que atuam em contextos de fronteiras, sobre a valorização da diversidade linguístico-cultural que carrega este idioma.

Alguns Conceitos Iniciais: a Hegemonia Cultural e Linguística

Neste trabalho, nos servimos do conceito de hegemonia nas suas acepções gramscianas e pós-gramscianas a fim de

entender a relação ímpar entre bolivianos e brasileiros na zona de fronteira de Cobija-Eritaciolândia-Brasília. O político e intelectual italiano Antonio Gramsci é conhecido por ter aprofundado e ampliado o modelo marxista das relações materiais ao interno da sociedade: em particular, entre os grandes méritos de Gramsci há sem dúvida uma tentativa, que se tornou extremamente influente para os intelectuais dos séculos XX e XXI, de flexibilizar o esquematismo marxista onde a estrutura material determina a superestrutura (ou seja, as produções simbólicas e culturais) — este esquema permanece importante para Gramsci, que porém acrescenta uma importante ação de retorno da influência da superestrutura na estrutura.

Em outras palavras, Gramsci aceita por um lado o arcabouço materialista que sustenta a visão marxista da sociedade, mas por outro lado recusa a ideia de que os processos culturais sejam simplesmente o resultado de relações materiais, propondo, ao contrário, um modelo em que a produção cultural, inicialmente reflexo da estrutura material, pode retornar a influenciar, manter ou reverter essa estrutura. Nesse contexto é que se encaixam as importantes reflexões, feitas pelo intelectual italiano, sobre o papel dos intelectuais tradicionais e orgânicos: reflexões, essas, que — é importante sempre esclarecer — se originam a partir do interesse profundo de Gramsci para a situação de subordinação quase-colonial do Sul da Itália ao Centro-Norte do país.

Aqui é já possível começar a elencar os pontos de contato entre a análise gramsciana e a situação fronteiriça da qual falamos no presente trabalho. Primeiramente, a situação da divisão Norte-Sul na Itália se configura, nas palavras de Joseph Pugliese, como autêntico “eixo geopolítico racializado que demarca o Norte como ariano e europeu, e o Sul como Africano e Árabe” (Pugliese, 2007: s/p)⁶, ou seja, uma verdadeira fronteira que separa um lado racializado, empobrecido e desprezado de um outro lado, culturalmente branqueado e comparativamente mais rico — um pouco como acontece na fronteira Bolívia-Brasil. Além disso, essa situação de subordinação na Itália foi historicamente assegurada pela “violenta guerra do Norte pela anexação colonial do Sul” (Pugliese, 2008: 1)⁷. Agora, embora o mesmo Gramsci — um dos intelectuais mais admirados e importantes dentro do debate nacional italiano — tivesse repetidamente afirmado que “a burguesia setentrional havia subjugado a Itália meridional e as ilhas, reduzindo-as a colônia de exploração” (Gramsci, 1966: 73)⁸, as narrativas históricas

5 Reconhecemos sem ressalvas que qualquer denominação deste fenômeno tem necessariamente conotações extremamente puristas, que menosprezam a hibridação e a enxergam como um marco de ignorância (cf. Lipski, 2006). Outrossim, reconhecemos que a denominação de “portunhol” no contexto específico que investigamos aqui seja preponderantemente o produto purista, esnobe e racista de ouvidos etnocêntricos brasileiros intentos a caracterizar algo que foge “culpavelmente” de uma suposta norma standard e nativa de português. Entretanto, é útil apontar que o fenômeno do “portunhol” ou “portuñol” ocorre em vários outros pontos de contato fronteiriços, e que nem sempre, em todas essas fronteiras, a língua mais “pura” e “prestigiosa” é considerada o português. Muito frequentemente os brasileiros, a partir da percepção de que seja necessário conhecer o espanhol como língua objetivamente mais internacional do português, usam o conceito de “portunhol” para brincar sobre a própria incapacidade de aprender a língua espanhola sem interferências do português.

6 “The racist North/South divide operates along this racialised geopolitical axis that demarcates the North as Aryan and European, and the South as African and Arab”

7 “the North’s violent war of colonial annexation of the South”

8 “La borghesia settentrionale ha soggiogato l’Italia meridionale e le isole e le ha ridotte a colonie di sfruttamento”

oficiais italianas tendem a narrar a unificação⁹, não como uma anexação colonial, mas sim como um evento glorioso, justo e absolutamente triunfal, em uma maneira muito parecida com o Estado do Acre, que narra a sua guerra imperialista contra a Bolívia como uma “revolução” (Silva et al., 2017). Em ambas as situações, *mutatis mutandis*, estamos em presença de memórias históricas contenciosas e não resolvidas, com o lado que saiu vencedor que geralmente prefere omitir o legado de violências e prevaricações que caracterizaram o conflito, enquanto a preservação da memória do trauma histórico é inteiramente assinada ao lado “débil” e subordinado (cf. Rock Núñez, 2016).

Já nesta manipulação da memória histórica por parte do lado vencedor existe um reflexo do que Gramsci chama, justamente, de hegemonia, ou seja, a produção de formas de dominação cultural através da mobilização de intelectuais e instituições: no Acre, as escolas, os representantes do poder estadual e municipal, os monumentos públicos, os jornais e as mídias reproduzem a narrativa triunfal da “Revolução Acreana”, produzindo um senso de superioridade moral e material que se repercute também, certamente, nas relações entre brasileiros e bolivianos nas zonas de fronteira (Souza & Messina, 2018). Em Cobija-Epitaciolândia-Brasília, sem dúvida, essas concepções são também corroboradas por uma série de preconceitos étnico-raciais, frisando que todo esse conjunto de narrativas de superioridade se apoia também em relações materiais que estabelecem uma dependência econômica que submete os comerciantes bolivianos aos clientes brasileiros.

É importante destacar que em Gramsci a hegemonia é o reflexo de determinadas alianças (blocos) entre diferentes classes sociais, consolidadas historicamente a partir de certas relações de produção e também a partir de uma específica localização no território. Assim, Gramsci identifica um bloco agrário-industrial, composto pelos fazendeiros do Sul da Itália e pela burguesia industrial do Norte, idealmente contraposto a um porvindoouro bloco operário-camponês, que deveria consolidar a revolução proletária no espaço nacional italiano. No contexto específico da fronteira Cobija-Epitaciolândia-Brasília, a questão dos blocos é talvez menos relevante, e com certeza o foco nas relações de produção é deslocado para relações mercadológicas e de consumo: nesse aspecto, o nosso uso do conceito de hegemonia se aproxima a tradições pós-gramscianas, terceiro-mundistas e anti-coloniais, e em particular às reflexões sobre imperialismo e troca desigual, propostas por Arghiri Emmanuel (1972) e Nicola Zitarra (1973) entre outros.

9 Já que estamos falando de fronteiras internacionais no âmbito das quais se reflete bastante tanto sobre a possibilidade de projetos de integração bi- e tri-nacional (cf. Chávez, Jordán & Berrocal, 2005 sobre a iniciativa MAP – Madre de Dios, Pando, Acre) quanto sobre a securitização das fronteiras (especialmente o exclusivamente por iniciativas brasileiras, veja-se o Encontro de Governadores do Brasil pela Segurança e Controle das Fronteiras, sediado em Rio Branco em outubro de 2017, cf. Gonzaga, 2017), é útil esclarecer e repetir que, segundo a literatura crítica que articula e elabora o pensamento de Gramsci, a unificação italiana não constituiu uma real integração entre espaços nacionais diferentes, mas sim o início de uma violenta guerra de apagamento e extermínio das povoações do Sul da Itália por parte do exército italiano/piemontês, algo que produziu uma cisão geopolítica racializada e polarizada entre Norte e Sul que permanece até o presente (cf. Pugliese, 2008).

O conceito de hegemonia se aplica obviamente à nossa discussão do desbalanço linguístico em favor do português, como língua dos “patrícios” compradores, e em detrimento do espanhol dos bolivianos que os servem. A conexão entre língua e hegemonia é enfrentada por Eriksen (1992), que foca principalmente nas situações de minorias linguísticas dentro do mesmo espaço nacional — algo que não é exatamente o foco deste artigo, mas que com certeza afeta a fronteira Bolívia-Brasil, nem que seja só em virtude do fato que a fronteira atravessa o território de vários povos indígenas. Eriksen mostra como a situação de hegemonia linguística, algo que deriva fundamentalmente de uma “assimetria de poder” (1992: 313), implique no fato que as minorias, ou, no nosso caso, os lados mais racializados e oprimidos, sejam de fato “forçados a tornar-se bilíngues, [tendo que aprender a] linguagem dominante” (Eriksen, 1992: 314)¹⁰. Esse aspecto da hegemonia linguística explica claramente o porquê do fato mencionado acima de que, embora o português seja amplamente falado em Cobija, ele é totalmente, ou quase, ausente em Epitaciolândia e Brasília.

As implicações geopolíticas da hegemonia linguística são discutidas por uma série de autores que refletem particularmente sobre o domínio da língua inglesa no contexto global: no contexto desses estudos, o que é importante para a nossa discussão do domínio linguístico do português em Cobija-Epitaciolândia-Brasília é o poder desproporcionado do “falante nativo” da língua dominante, um poder que possui claras conotações racistas e que chega a incorporar narrativas de branquitude e branqueamento (cf. Rajagopalan, 1997).

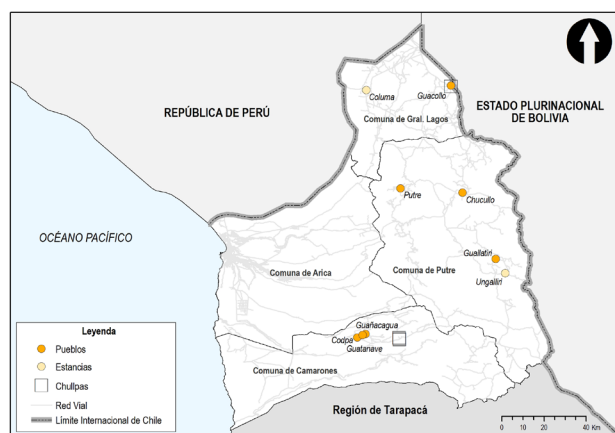
A Relação Brasil-Bolívia: o Contexto Social, Cultural e Histórico

Para se entender a relação Brasil-Bolívia faz-se necessário compreender os cenários sociais, culturais e históricos que configuram essa região fronteiriça. Contando acerca de 55 mil habitantes, a cidade de Cobija está localizada na bacia amazônica, às margens do rio Acre, ao lado das cidades brasileiras de Brasília e Epitaciolândia. As relações sociais e culturais estabelecidas na fronteira de Brasília/Epitaciolândia e Cobija são definidas em um sentido assimétrico estabelecido por fatores mercadológicos¹¹. Lipski (2011) afirma que:

10 “The members of these minorities are often forced to become bilingual in the dominant language” Estamos cientes do fato que esta direção interpretativa pode resultar parcial e problemática, caso sejam ignorados os seguintes fatores: 1) a possível agência dos falantes bolivianos e os seus desejos de aprender e usar o português tanto para fins práticos como para alguma possível conexão emocional; 2) a existência de específicos âmbitos e situações sociais conectadas ao uso linguístico, por exemplo, a vida privada dos bolivianos onde certamente o português não suplantou o espanhol; 3) a existência de línguas indígenas que com certeza complicam o panorama dicotômico que ilustramos; 4) as possíveis práticas e discursos de resistência e oposição a essa hegemonia do português. O nosso uso do trabalho de Eriksen não tem o intuito de ocultar, ignorar ou silenciar todos esses possíveis fatores. Em relação especialmente ao ponto 3, veja-se Mondaca Rojas e Gajardo Carvajal (2013), para a situação um bilinguismo fronteiriço em um contexto totalmente marcado pelo espanhol como língua oficial dominante.

11 Por uma análise análoga na fronteira entre Chile e Peru, cf. Dilla Alfonso e Álvarez Torres (2018) e Contreras, Tapia e Libersona (2017).

Cobija tem um amplo setor comercial de produtos importados e nacionais, concentrado no centro da cidade perto da ponte. A balança econômica favorece o Brasil; o visitante brasileiro que porta reais acha que os preços do lado boliviano são muito mais favoráveis do que no próprio país. As ruas, os mercados e as lojas de Cobija se enchem de brasileiros todos os dias, e nesta zona é mais frequente ouvir o português que o espanhol durante as horas comerciais. O português falado pelos comerciantes bolivianos oscila entre variedades muito limitadas e um domínio quase completo, copiando exatamente o sotaque acrense (Lipski, 2011: 350).



Dessa forma, a dependência dos bolivianos nos brasileiros, no sentido do mercado, é um fator crucial na relação de poder estabelecida nas relações sociais e culturais. Silveira da Silva (2017: 90) mostra como também fatores externos como o câmbio real/dólar afetam maciçamente as relações comerciais no contexto fronteiriço de Cobija, Epitaciolândia e Brasília, determinando quedas de movimentações quando o real é particularmente baixo, e estimulando compras quando o dólar cai perante ao real. Diante dessa profunda dependência, e em vista do fato que brasileiros são os principais consumidores das mercadorias vendidas em Cobija, é comum observar que a interação estabelecida entre eles se delimita por uma hierarquia linguística controlada pelos brasileiros.

Ainda utilizando-se da citação de Lipski reportada acima, é comum o uso do português corriqueiramente nas interações cotidianas na região de fronteira, fato que contribui para que os bolivianos acabem por mesclar seu espanhol com termos do português na tentativa de aproximar-se mais aos brasileiros. Porém, este fato não é evidenciado no lado brasileiro: apesar de que exista um fluxo de bolivianos que frequentam as cidades de Epitaciolândia e Brasília, não observamos um uso tão pervasivo e maciço do espanhol nas interações comunicativas com brasileiros.

Existem diversos discursos que permeiam esse espaço de fronteira e que interferem diretamente nas relações e interações cotidianas. As práticas culturais, a fala, assim como as características fenotípicas dos bolivianos de Cobija são significadas e imaginadas pelos moradores do lado brasileiro como marcos étnico-raciais que os dissociam do imaginário da branquitude, dentro do qual os brasileiros, ao contrário, se auto-incluem¹². De maneira automática, assim, o morador do lado brasileiro apropria-se do espaço discursivo da “civilidade” e da “superioridade”, enquanto aos bolivianos é assinado o lugar da “inferioridade”, etc. Comumente se observam pelas ruas de Cobijas as denominadas *Cholas*¹³, portando vestimentas e com características físicas e identitárias relacionadas aos povos indígenas. Conforme Messina e Souza (2019), nos espaços fronteiriços da Amazônia brasileira existe uma forte tendência a misturar os conceitos de “índigena” e de “estrangeiro”, “ambos vistos como uma ameaça à soberania nacional, e ambos colocados a priori em um espaço que existe para além das fronteiras do território nacional” (Messina & Souza, 2020: 1171). Essa confusão, conforme os estudos de Cavalcante sobre Mato Grosso do Sul, serve a representar os indígenas como “oportunistas que migraram ao Brasil para acessar indevidamente os direitos sociais e territoriais garantidos pela legislação brasileira e supostamente mais vantajosos do que os oferecidos aos indígenas no Paraguai” (Cavalcante, 2013: 134). No caso dos moradores de Cobija, argumentamos aqui que a identificação dos bolivianos como “índigenas” (independentemente do fato que isso seja verdade ou não), serve aos brasileiros como modelo já familiar de representação racializada, instrumental para tornar esses sujeitos inteligíveis e categorizáveis¹⁴. Corroborando com isso, Pádua (2000) também afirma que “o intenso conflito presente na atual realidade amazônica, não se dá apenas entre grupos de interesses e classes sociais. Existe uma relação difícil e pouco amadurecida entre diferentes interesses, propostas sociais, visões de mundo e, até mesmo, dimensões da realidade” (Pádua, 2000: 798).

Sendo assim, o fato de parte das populações de Brasília e Epitaciolândia — assim como pessoas dos outros municípios que frequentam a fronteira — não se preocuparem em entender os aspectos culturais e sociais relacionados ao povo boliviano, gera um preconceito que é disseminado por discursos tais como: “povo imundo”, “gente que não tem higiene”,

12 Sobre o imaginário da branquitude e do branqueamento no Brasil, veja-se Bento (2002). Sobre a operatividade violenta do “arcabouço da racialidade” no país e nos seus aparatos culturais, políticos e militares, veja-se Ferreira da Silva (2006) e Ferreira da Silva (2014). Para um estudo específico sobre branquitude e branqueamento nas representações cinemáticas, veja-se Messina et al. (2019).

13 A palavra “chola” deriva do quéchua e aymara e se usa para denominar as mulheres de ascendência indígena ou mestiça que portam vestimentas tradicionais relacionadas a sua identidade étnica (Stephenson, 1999).

14 Joseph Pugliese analisa de maneira muito parecida o uso do significante “África” com o qual o Norte da Itália significa o Sul (Pugliese, 2008: 3).

“não civilizados”, etc (cf. Messina & Di Somma, 2017: 282-283). A esses discursos é facilmente exposto qualquer acreano, que já tenha visitado Cobija e que apresente uma visão de mundo delimitada por autodefinidos valores dos “civilizados”.

Uma visão de mundo como esta causa diversos prejuízos principalmente dentro de um espaço cheio de diversidade como o contexto amazônico. O não reconhecimento da pluralidade e a falta do respeito pelos valores culturais gera relações sociais hegemônicas atribuindo assimetria e divergências entre os diferentes grupos que coabitam e se relacionam entre si. Existe, em suma, uma cultura dentro do espaço fronteiriço das cidades de Brasília/Epitaciolândia e Cobija de se olhar os bolivianos com grau de inferioridade. O olhar acreano do espaço nessa região apresenta uma visão dicotômica entre o sujo e o limpo, o bonito e o feio, o civilizado e o não civilizado, atribuindo sempre os adjetivos negativos ao lado boliviano da fronteira.

Por consequência, a referência que se faz da Bolívia e dos bolivianos sempre esteve relacionada a uma dimensão completamente diferente — discursivamente oposta¹⁵ — do que se observa nos padrões europeus e, consequentemente, leva a uma resistência, por parte dos alunos e que evidenciamos nas escolas, de se aprender ou correlacionar os aspectos linguísticos e culturais bolivianos quando se estuda o espanhol. O padrão europeu que apresenta a Espanha, ou mesmo os países latino-americanos que em seus aspectos étnico-culturais ou nas interações fronteiriças sociais evidenciam influências europeias, como Argentina e Uruguai, por exemplo, sempre se destacam ou se sobressaem como atrativos aos alunos brasileiros estudantes do espanhol.

Toda essa resistência ainda é mais intensificada pelo contexto histórico e pela grande disputa travada entre brasileiros e bolivianos pelo território que hoje ocupa a região do estado do Acre. No século XIX, o território do Vale do Rio Acre, que hoje pertence quase totalmente ao Brasil e abriga a parte mais densamente povoada do Estado do Acre, pertencia à Bolívia, e essa situação tinha sido formalizada no Tratado de Ayacucho de 1867. Nos anos que levaram à virada do século, devido ao surto da extração de borracha, a área tinha sido povoada por cerca de cinquenta mil seringueiros originários dos territórios que hoje compõem o Nordeste brasileiro (especialmente o Ceará). Justamente nos últimos anos do século XIX, as crescentes demandas da Bolívia em termos de direitos aduaneiros causaram uma escalada que em um primeiro momento levou à proclamação da República do Acre, liderada por Luis Gálvez entre 1899 e 1900, e depois causou o conflito de 1903, conhecido largamente como “Guerra do Acre” ou, nas narrativas oficiais do lado brasileiro,

como “Revolução Acreana”¹⁶. No conflito, como formalizado pelo Tratado de Petrópolis (1903), o Brasil anexou o território do Vale do Rio Acre. O fato de a Bolívia ter “perdido” a guerra e os discursos que relacionam os acreanos como os “vencedores”, promovem cada vez mais esse estreitamento nas relações entre acreanos e bolivianos (Silva, 2017; Silva et al., 2017). De acordo com Pimenta (2015):

A história oficial do Acre é um discurso ufanista, contado do ponto de vista dos vencedores e periodicamente atualizado e reajustado em função dos interesses políticos do momento. A narrativa mítica da “invenção do Acre” é um relato hegemônico e sacralizado, o que não significa que ele seja unívoco. Pode estar, por exemplo, mais ou menos aberto a interpretações, conciliar perspectivas ou versões distintas, enfatizar um ou outro evento, mas relata sempre o ponto de vista dos vencedores. Em (re)construção e (re) invenção permanente, essa história oficial se autocelebra periodicamente por meios manifestações discursivas e simbólicas, cultua seus heróis, hinos, bandeiras, monumentos etc. (Pimenta, 2015: 331).

Essa questão histórica também contribui para que a assimetria que estabelece as relações de superioridade e inferioridade entre os acreanos e bolivianos, dentro do contexto fronteiriço, enfatize cada vez mais a hegemonia brasileira que predomina neste espaço. De um lado, temos os grandes heróis, que lutaram bravamente para conquistar seu estado, que são símbolos da força e da conquista do Acre, de outro, no olhar do lado brasileiro, temos a Bolívia que quase nunca ganhou espaço nessa construção histórica do Acre e que, no Brasil, perdeu qualquer papel significativo nas narrativas e discursos que se comprometem a contar a história¹⁷. Obviamente, como abundantemente mostrado por Silva (2017) e Silva et al. (2017), entre outros, o lado boliviano possui a sua história, bem demarcada e clara, sobre os eventos, uma história que inclusive entra em conflito com a versão brasileira/acreana, e que deixa os seus rastros na paisagem urbana de Cobija, através de monumentos, placas, até pichações, etc.

Morais (2016), sobre esse contexto histórico na construção da identidade do acreano, afirma que:

Os discursos identitários são construídos na relação com o Outro, “com aquilo que não é”. No caso da construção

¹⁵ Aqui, mais uma vez, recorremos ao trabalho de uma autora italiana, claramente influenciada pelo trabalho de Gramsci e pela sua visão das relações entre o Norte e o Sul do país: trata-se de Gabriella Gribaudi, que explica que o Sul, no debate nacional italiano, é visto exatamente como negação, ou seja, como o oposto sistemático e permanente dos valores positivos que supostamente definem a nação italiana, idealmente identificada com as suas regiões nortenhas e centrais (Gribaudi: 1997).

¹⁶ Aqui é importante confrontar essas narrativas gloriosas, condensadas no significativo “revolução” na sua acepção de “vitória heróica do povo”, com as memórias coletivas e traumáticas do lado boliviano, inscritas, por exemplo, na placa do monumento às “Tres Cabezas” em Cobija, onde se fala de “holocausto de la Guerra del Acre”, e se comemora o heroísmo da população boliviana e de seus heróis (como Bruno Racua), contra a violência destrutiva do lado brasileiro (cf. Silva et al., 2017).

¹⁷ Como amplamente discutido por Silva (2017), Silva, Souza e Messina (2017), Souza e Messina (2018) e Silva (2020), esses discursos circulam nas instituições escolares, em discursos cotidianos da população local, em elementos da paisagem urbana como monumentos, placas etc., em artigos e mídias produzidos tanto a nível comercial, quanto a nível acadêmico, e até em um recente videogame desenvolvido em Rio Branco.

da identidade acreana, são muitos os Outros aos quais os acreanos se opuseram, ou seja, para cada evento histórico são escolhidos quem são os Outros. [...] O Outro também foi o estrangeiro, no caso, os bolivianos e os peruanos, principalmente, os primeiros, que em vários momentos “tentaram se apossar” das terras que lhes pertenciam e que haviam sido ocupadas por brasileiros do Acre. Estes, no início do século XX, guerrearam contra os bolivianos durante seis meses, ocorrendo sete batalhas, com três derrotas e quatro vitórias para os “revolucionários” do Acre (Morais, 2016: 33-35).

Dessa forma, a história contada do lado brasileiro da fronteira também tratou de apagar ou inferiorizar os bolivianos. Os discursos que narram o fato histórico da posse das terras acreanas enaltecem os brasileiros em detrimento dos bolivianos e, assim como em qualquer contexto de “guerra”, o poder passa a ser atribuído aos grandes vitoriosos. Esta mistificação não é apenas prerrogativa da propaganda política, da didática escolar ou da mídia mainstream, já que também vários autores acadêmicos, como Brasil (2013) ou Ugalde, Roweder e Farias (2021) falam acriticamente de “Revolução Acreana”, reproduzindo implicitamente esse enaltecimento.

Todas essas circunstâncias, desde os fatores de relações sociais, aos aspectos culturais que evidenciam fortemente a delimitação das culturas acreana/brasileira e pandina/boliviana e ao contexto histórico de conquista do Acre, dentro de um espaço de contato que é a região fronteiriça nos revela a hegemonia que predomina sob um grupo em detrimento do outro. Essa visão de superioridade que se estabeleceu nas relações entre acreanos e pandinos promove diversos paradigmas que se configuram como grandes prejuízos no que se refere, entre outras coisas, ao ensino do espanhol nas escolas. Contudo, é de vital importância que, durante o processo de ensino e aprendizagem do espanhol, seja nas escolas da rede pública, seja nos cursinhos de idiomas ou na formação inicial do professor de espanhol dentro da universidade, essas barreiras sejam quebradas e haja uma (re)construção de olhares sobre a diversidade linguística e cultural da Bolívia.

A Questão da Língua: A Hegemonia do Português no Contato com o Espanhol

Os estudos relacionados ao contato linguístico entre o português e o espanhol não são muitos dentro do contexto amazônico. Rojas Molina (2008) e Chinellato Díaz (2021) abordam a situação na tríplice fronteira Peru-Brasil-Colômbia. Moreno Fernandez (2006) indaga as atitudes linguísticas dos brasileiros nas fronteiras amazônicas. Outro estudioso que apresenta trabalhos relacionados a esse contato nas fronteiras amazônicas é John M. Lipski. O referido autor, em um trabalho intitulado “Um caso de contato de fronteira: o sudoeste”, relata sobre o fato do Brasil usar exclusivamente o português em suas in-

terações comunicativas, algo que não é visto nos seus países vizinhos onde se constata formação linguísticas híbridas que mesclam termos oriundos das duas línguas apresentando uma influência muito maior do português em detrimento do espanhol (Lipski, 2011).

Essa realidade não seria diferente na fronteira das cidades de Brasília/Epitaciolândia e Cobja. Como foi mencionado anteriormente, o fator mercadológico é o que intermedia as interações comunicativas entre os acreanos e bolivianos. As relações sociais que ocorrem nesse espaço de fronteira são marcadas pelo uso do português. As feiras, os mercados, os restaurantes e outros espaços de interações colocam o acreano/brasileiro que visita Cobja como o turista consumidor, enquanto o pandino/boliviano é visto como aquele que atende às necessidades desse turista visitante, num contexto mais geral de remodelagem dramática do tecido identitário e sócio-cultural dos espaços urbanos perpetrado globalmente pela indústria turística e do lazer (Daly et al., 2021).

A língua é um símbolo crucial na identificação dos falantes, na delimitação do território e na representação da cultura (Sturza, 2019). É comum que em situações de contato linguístico e cultural exista um fenômeno de hibridação no qual se unem elementos tanto do português como do espanhol gerando o que se denomina como “portunhol”. Para Sturza (2019) o portunhol:

É uma língua que, se não tem ainda um sistema linguístico regular e estável, tem certamente um sistema interacional e comunicativo vigoroso, dado a eficácia que apresenta em determinadas práticas sociais: um anúncio em um estabelecimento comercial, a descrição de um lugar, uma sinalização ou instrução, um cardápio de restaurante, uma negociação de preços, um pedido de reserva de hotel, uma identificação pessoal, entre outras tantas práticas comunicativas que são realizáveis em portunhol e que dinamizam a vida na fronteira (Sturza, 2019: 100).

No caso específico da fronteira de Brasília e Cobja, esses fatores que a autora usa para definir o portunhol, não são diferentes. No lado acreano da fronteira não é tão comum identificar a prática do portunhol em qualquer espaço de interação comunicativa. Já para os pandinos o uso do portunhol é quase que uma necessidade ou obrigatoriedade nas tentativas de aproximação à comunicação com os acreanos.

Essa relação entre o português e o espanhol, totalmente assimétrica e que representa de maneira mais evidente a hegemonia brasileira nesse espaço, também pode promover boa parte da resistência dos acreanos em se aprender o espanhol como segunda língua. Mesmo vivendo em um espaço propício à aprendizagem do espanhol, são poucos os acreanos que despertam esse interesse ou abrem espaço para ter o espanhol como uma língua estrangeira.

Figura. 1
o híbrido *fariña* em uma loja de alimentos em Cobija.
Fonte: acervo pessoal de Ghislaine Brito de Arruda.



Durante o nosso trabalho de campo na cidade de Cobija, foi possível encontrar manifestações tangíveis do uso de formas híbridas em cartazes e anúncios comerciais direitos à população mista. Tratamos aqui de um tipo de dado muito específico (informações escritas em anúncios comerciais) dentro de uma gama muito mais ampla de manifestações do portunhol, e é importante frisar que esses dados não são diretamente representativos de práticas comunicativas orais, embora possam funcionar como indícios escritos dessas práticas. Em uma loja de gêneros alimentícios, por exemplo, nos deparamos com a forma híbrida *fariña*, que mistura a forma portuguesa “farinha” com o grafema espanhol [ñ], suplantando contextualmente o termo espanhol “harina” (Fig. 1). O híbrido *fariña* nos permite inferir que o indivíduo produtor do cartaz conhece o enunciado “farinha”, já que na embalagem do produto, oriundo da cidade acreana de Cruzeiro do Sul, é possível identificar a grafia equivalente à forma do português. Desse modo, o enunciador fez escolhas intencionais ao produzir o híbrido *fariña*. A análise em uma perspectiva do nível lexical nos permite inferir que o autor optou pelo grafema [f] em detrimento da forma [h] própria do código em espanhol, que, como salientado acima, é “harina”. No que se refere ao campo fonético e fonológico, o enunciador faz uso da [ñ], a partir da forma sonora atribuída na língua portuguesa, uma vez que tanto [ñ], do espanhol, como o dígrafo [nh], do português, possuem o mesmo valor fonético representado pelo fonema /ɲ/.

Figura. 2
o híbrido *fierros* em uma loja de materiais de construção em Cobija. Fonte: acervo pessoal de Ghislaine Brito de Arruda.



Outro exemplo relevante, evidenciado durante o trabalho de campo, foi a forma híbrida *fierros*, encontrada em uma loja de materiais de construção (fig. 2). Aqui, novamente a hibridação é centrada na alternância entre a forma [h] própria do espanhol “hierros” e a forma [f] do português “ferros”. Do espanhol, porém, nesse caso se mantém a forma iotizada expressada pelo dígrafo [ie], que contrasta com a forma plana do português em [e]. Com relação a este caso, podemos inferir que o autor do enunciado, frequentemente, poderia estar em contato com o código em português “ferro”, seja com brasileiros visitando a loja em busca desse produto ou nas interações sociais contextuais ao recebimento dessa mercadoria, proveniente do Brasil¹⁸, para revenda na loja boliviana, ocasionando a forma híbrida *fierros*.

Um último exemplo foi encontrado em uma loja de roupas femininas, e apresenta a forma híbrida *suchan*, escrita à mão em um anúncio produzido com o objetivo comunicativo de apresentar o produto e o seu relativo preço (fig. 3). O híbrido *suchan* representa uma construção que nos mostra a evidência de um código em portunhol completamente novo que foi construído com elementos linguísticos do espanhol a partir de uma referência oral da palavra “sutiã” em português brasileiro, que, neste caso específico, se distancia bastante da correspondente forma “sostén”, utilizada no espanhol boliviano. Inferimos que a criação do termo híbrido está sustentada nas noções fonético-fonológicas que o autor do texto tem da língua portuguesa

18 As lojas de materiais de construção Ronsy (Acre-Brasil) e Ronbol (Pando-Bolívia) pertencem à mesma propriedade, evidenciando o fato de que os fronteiriços consomem, em vários setores mercadológicos, os mesmos produtos.

uma vez que ele decide pelo uso de grafemas de sua língua vernacular que representam a pronúncia mais próxima possível da palavra em língua portuguesa. Na língua portuguesa, na maior parte do país, o fonema /t/ antes das vogais [e] e [i] se realiza como /tj/. No espanhol, existe o mesmo fonema /tj/ que é representado pelo dígrafo [ch], o que levou o enunciador a usar esta forma para reproduzir, a partir de uma referência sonora, a palavra “sutiã”. Essa ideia propiciou a construção de uma forma híbrida que é bastante representativa da dinâmica linguística dos indivíduos que ali coexistem.

Figura 3

o híbrido *suchan* em uma loja de roupas em Cobija.
Fonte: acervo pessoal de Ghislaine Brito de Arruda.



Sempre que olhamos as fronteiras a partir das relações linguísticas que permeiam esse espaço, conseguimos observar a problemática de maneira mais forte e evidente, já que a língua envolve tanto as questões sociais como as culturais. Considerando o caráter nacional, o Brasil, sendo um país de uma enorme extensão territorial, com uma grande diversidade cultural e linguística, é porém caracterizado como um país monolíngue, negligenciando qualquer que seja outra língua falada em seu território e favorecendo o uso exclusivo da língua europeia que foi imposta junto com a colonização, sendo ela o português (cf. Preuss e Álvares, 2014). Esse monolinguismo obstinado, por causas totalmente diferentes¹⁹, chegou a se repercutir também em outras línguas europeias, como o alemão e o italiano, no contexto da Lei de Nacionalização e da Segunda Guerra Mundial (Enich, 2014).

¹⁹ Como afirma Enich, a repressão linguística neste caso tinha a ver também com a associação entre pessoas de origem alemã ou italiana e o nazifascismo: “A Lei de Nacionalização foi utilizada com rigor contra imigrantes e seus descendentes, particularmente os italianos e alemães. Falar a língua materna, ouvir rádio, passou a ser sinônimo de subversivo, de inimigo da pátria que o acolhera. A segurança nacional estava sendo colocada em risco pelos imigrantes. O fato de serem de origem italiana ou alemã automaticamente os classificava defensores do nazismo/fascismo” (Enich, 2014: 40)

Em um contexto ainda bem menos favorável, a realidade amazônica reflete ainda mais essas evidências de hegemonia linguística. Sendo o fator econômico o principal motivo das interações linguísticas, a língua que se estabelece nessa conjuntura de fronteiras amazônicas, é a dos falantes que detém o poder nas mãos.

Também é necessário observar o jogo político que se exerce no que se refere ao ensino de espanhol no Brasil. As políticas públicas que atuam na promoção da Língua Espanhola no nosso país são promovidas pela *Consejería de España*²⁰. Além disso, os cursos de maiores destaques e maior renome na diplomação do espanhol como língua estrangeira são oferecidos pelo Instituto Cervantes, também da Espanha (Celada, 2002, p. 98). Os cursos de formação continuada para professores de espanhol, sobretudo no Acre, também são ofertados pela *Consejería*. Isso tudo, somado ao uso quase que exclusivo de materiais didáticos provenientes da Espanha, gera um favoritismo único à norma europeia de uso do espanhol. Aos alunos e, quase que raramente aos professores, não são apresentadas as variantes linguísticas e culturais bolivianas²¹, acentuando ainda mais a depreciação que se estabeleceu no contato com o português na fronteira.

O Brasil ainda vive um período de grande decadência no ensino de línguas. Com o novo currículo do Ensino Médio e o advento da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a obrigatoriedade estabelecida para o ensino de língua estrangeira foi levado à Língua Inglesa, excluindo, quase que completamente, o espanhol das escolas públicas ou privadas (Grees, 2019).

Apesar da distância temporal do período da colonização, persiste uma tendência muito forte a estabelecer esse tipo de padrão quando nos referimos a olhar, se relacionar ou estabelecer qualquer vínculo com o outro: isso é parte do que importantes estudiosos como Mignolo (2009) ou Quijano (2005) chamam de “colonialidade”, e em particular tem a ver com um eurocentrismo enraizado e persistente, que se mistura também com o peso geopolítico da língua inglesa, alimentado pelo imperialismo angloamericano (Rajagopalan, 1997). Claramente, em relação à exclusão do espanhol dos currículos escolares, realmente se o “outro”, além de ser ibérico, mediterrâneo e sul-europeu (já um “outro” altamente discriminado pelo anglocentrismo e o norte-centrismo imperantes das narrativas europeias e norte-americanas), ou latinoamericano, é percebido como “o boliviano (ou o peruano) do lado de lá”, o estrangeiro racializado em uma região —como a Amazônia— predominantemente regida por conflitos e dominâncias sociais e culturais, a situação piora bastante.

Nessa situação fronteiriça de forte contato entre bolivianos e brasileiros, se estabelece uma soberania onde é possível

²⁰ Instituição que representa o Ministério da Educação da Espanha no Brasil.

²¹ O mesmo pode ser dito sobre as variantes peruanas

identificar a forte influência de uma língua sobre a outra. É importante observar que nessa relação de superioridade do português, a forte influência cultural também interfere nessa circunstância. Se tomarmos como exemplo o caso do inglês, dentro do âmbito mundial, a hegemonia estabelecida por esta língua se difunde a partir da disseminação da cultura anglo-americana. O contato com os produtos, filmes, séries e programas televisivos de origem norte americano fazem com que a soberania do inglês se imponha como norma global, muito para além dos confins dos países anglófonos.

Com relação à fronteira de Cobja-Epitaciolândia-Brasília, um contato cultural parecido, dos bolivianos com a televisão e mídia brasileira, também contribui para a hegemonia do falante de português nesse espaço. Lipski também faz referências a essas questões quando afirma que:

Os “cobijeños” adquiriam uma competência passiva na língua portuguesa ouvindo diariamente os programas brasileiros; esta competência tornava-se ativa quando cruzavam para o lado brasileiro para frequentar as escolas e as clínicas, que durante um tempo tinham a fama de serem superiores às instalações homólogas na Bolívia. Ainda hoje as crianças de Cobja preferem os programas infantis brasileiros na televisão e, portanto, aprendem as bases fundamentais da língua portuguesa ainda dentro de casa. (Lipski, 2011: 351).

Dessa forma, e também com o constante uso da internet e das redes sociais, uma determinada língua, dentro de um espaço que esteja em contato com outras, pode assumir o domínio, já que ela se torna responsável pela transmissão cultural que é estabelecida nesse contexto. Isso, somado à dependência econômica dos bolivianos nos brasileiros e à desvalorização da cultura boliviana pelos acreanos, promove a hegemonia do português.

A problemática da língua sempre se constituiu como complexa e os mais diversos estudos que se comprometem a entender essas relações de língua e poder trazem vestígios relacionados à colonização (Calvet, 1974; Eriksen, 1992; Errington, 2001). Esses efeitos da colonização, como já foi mencionado, ainda se perduram dentro dos nossos convívios sociais e nesse contraste da fronteira de Brasília e Cobja se fundamentam de maneira mais forte e evidente.

O protagonismo do português no contato com o espanhol revela os prestígios que são destinados aos que se configuram como “dominadores” (brasileiros/acreanos) em regiões de contatos linguísticos. Como as interações são regidas, principalmente, pela oralidade, é comum que, por uma questão de relações mercadológicas, os “dominados” (bolivianos/pandinos) sejam os que se permitam entender e se fazer entender pelo outro (cf. Heller, 2009)

Considerações Finais: a Amazônia Além das Fronteiras

Entender o espaço amazônico, compreendê-lo na sua totalidade é o primeiro passo para a criação de uma consciência de respeito mútuo sobre os povos que habitam e se relacionam nesse contexto. É importante entender as diversas culturas, os múltiplos olhares, os diferentes valores sociais que permeiam dentro desse contexto. Nenevé e Sampaio (2015) enfatizam que:

Quando falamos, no plural, sobre as culturas, bem como de Amazônia(s), queremos enfatizar a necessidade de dismantlar a visão única sobre a Amazônia, aquela percepção propagada de uma cultura exoticamente singular, de uma homogeneidade de cultura indígena. Creemos que devemos reimaginar aquela excepcional Amazônia concebida e fantasiada como o local dos povos primitivos, que ainda não mudaram com todos os processos de colonização e de contatos. Os estudos que parecem mais interessantes ao mundo são justamente estes que procuram expor a imagem de uma região inalterada e, portanto, de fácil explicação. Referimo-nos a discursos que não se preocupam muito em discutir a enorme diversidade nem a dinâmica das culturas que povoam a Amazônia (Nenevé & Sampaio, 2015: 20).

Uma visão única e homogênea e totalizadora do contexto amazônico contribui para apagamentos, exclusões e silenciamentos. É preciso entender este espaço desde uma perspectiva pluricêntrica, atribuindo diversos protagonistas das histórias que se configuram nessa região, que, apesar de conflituosa, pode apresentar diversos cenários, com autores diferentes que carregam suas próprias bagagens culturais.

Relacionando com o contexto fronteiriço, é preciso que a visão única que se tem sobre a palavra fronteira, de separação dos diferentes, de delimitação dos limites geográficos, também seja repensada. Podemos pensar na fronteira desde um ponto de vista de união e de aproximação ao outro. É preciso olhar a fronteira como um espaço plural e integralizado, onde podemos estabelecer relações sociais, linguísticas e culturais sem atribuir hierarquização a um determinado grupo.

Esse trabalho objetivou-se a mostrar as relações hegemônicas dos brasileiros/acreanos sobre os bolivianos/pandinos na região fronteiriça das cidades de Brasília, Epitaciolândia e Cobja desde uma perspectiva social, cultural, histórica e linguística. Nas relações sociais, a assimetria estabelecida pelo fator mercadológico coloca os brasileiros em uma posição superior aos bolivianos, já que estes se configuram como os principais consumidores dos produtos comerciais vendidos nas lojas de Cobja.

O conflito histórico entre brasileiros/acreanos e pandinos/bolivianos que marca a formação do Estado do Acre, assinando a “vitória” aos brasileiros e a “derrota” aos bolivianos, também

contribui para estremecer ainda mais as relações entre os dois lados da fronteira. E, por fim, a questão linguística, onde o falante de português exerce poder sobre o falante de espanhol na situação de contato, promovendo o surgimento de uma língua híbrida onde o português se evidencia de maneira mais forte que o espanhol.

A partir do que foi apresentado e das discussões levantadas neste trabalho, podemos perceber que são muitas as motivações que levam o espaço fronteiriço das cidades de Brasília/Epitaciolândia e Cobija a ser uma região predominantemente de tensões. A hegemonia estabelecida nesse espaço é determinada por intrínsecas relações de poder e de discursos que diminuem um grupo em favorecimento de outro.

A construção de todo esse cenário também não se deu do dia para a noite. No Brasil existe, como mostrado acima, todo um caminho percorrido de narrativas nacionais uníssonas, que contam a história de apenas um dos lados e que periodicamente vêm sendo reproduzidas e renovadas por vestígios etnocêntricos deixados pela colonização. O processo de descolonizar pensamentos e/ou opiniões é lento e tardio. É um processo que envolve diversas áreas de estudos e que envolve um senso crítico sobre a construção da sociedade, a formação das identidades e as relações que se estabelecem nos múltiplos contextos culturais e sociais nos quais vivemos.

Retomando a questão amazônica e das fronteiras que nela existem, Nenevé e Sampaio (2015) contribuem afirmando que:

Partindo de uma compreensão de dentro da Amazônia é que podemos proporcionar uma reflexão e uma re-imaginação do local, da região, dos conceitos concernentes à mesma. Usando um conceito da escritora africana Chimamanda Adiche, devemos lembrar que é perigoso pensar em uma história única, um ponto de vista singular, um conhecimento exclusivo. Reimaginar de dentro significa redizer e desdizer, significa ressignificar e repensar as definições e conceitos sobre o local (Nenevé & Sampaio, 2015: 21).

Dessa forma, é preciso abrir espaços para ouvir o outro lado do muro e as vozes que estão do outro lado das barreiras criadas pelos discursos dominantes. É preciso ultrapassar os limites

das fronteiras, ultrapassar as linhas que dividem e enfatizam mais as divergências que separam brasileiros e bolivianos no espaço fronteiriço delimitado pelo Rio Acre.

Acreditamos que é preciso levar toda essa consciência crítica sobre o contexto amazônico, e ademais sobre as relações culturais e simbólicas com a Bolívia e com os países andinos, para dentro da sala de aula. É crucial que, dentro da proposta do ensino de línguas, exista uma consciência multicultural, multilinguística de compreensão da diversidade e que levem os alunos ao reconhecimento de um mundo plural de respeito à língua e cultura do outro para que estes, assim, adquiram valores de respeito, apreciação e manutenção inclusive para a suas próprias línguas e culturas.

Essa consciência também precisa ser levada às políticas públicas que promovem o ensino de línguas e a valorização das culturas nas escolas. É necessário o estabelecimento de práticas que levem a diversidade existente no nosso cenário regional e fronteiriço para a sala de aula, onde os alunos tenham contato com toda a pluralidade linguístico-cultural que convivemos no nosso meio social (Malik Liévano e Ballesteros Velázquez, 2015).

Mais do que isso, também é necessário que a formação inicial do professor de espanhol também lhe faça adquirir essa consciência crítica. Como os professores estão entre os principais divulgadores dos discursos relacionados à língua e à cultura do espanhol, é importante que na formação da identidade do professor haja consciência crítica sobre o mundo e a região amazônica em que vivemos.

É dever da academia, no nosso olhar comprometido com a visão gramsciana, preparar intelectuais que sejam atuantes e comprometidos com os seus cenários de atuação, “orgânicos” em relação às dialéticas sociais e culturais nas quais eles são inseridos. A educação possui um papel fundamental na construção de uma sociedade mais justa e igualitária que, a partir dela, construa valores e princípios baseados no respeito coletivo, na manutenção sustentável de memórias e consciências plurais e comprometidas com o princípio da coexistência serena e pacífica e da troca horizontal, seja ela de mercadorias, de cosmovisões ou — também — de línguas.

Referências Citadas

- Albuquerque, G. R.
2020. Nos intercurso do corpo, da voz e da memória: Narrativas de existências e resistências na Amazônia acreana. *Humanidades & Inovação* 23:109-122.
- Albuquerque, G. R.
2016. *Das margens*. Rio Branco. Nepan.
- Brasil, M. L.
2013. Aquiry, a Luta de um Povo: Estudo de Caso. XXIII Congresso da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Música, Natal. UFRN.
- Callisaya Apaza, G. M.
2012. *El español de Bolivia: contribución a la dialectología ya la lexicografía hispanoamericana*. Tese de Doutorado. Universidad de Salamanca.
- Calvet L.-J.
1974. *Linguistique et Colonialisme: Petit Traite de Glottologie*. Payot, Paris.
- Cavalcante, T. L. V.
2013. *Colonialismo, território e territorialidade: a luta pela terra dos Guarani e Kaiowa em Mato Grosso do Sul*. Tese de Doutorado, Universidade Estadual Paulista.
- Chávez, A. R., Jordán, C. J. A., & Berrocal, P. T.
2005. Pensando la Amazonía desde Pando: el MAP (Madre de Dios, Acre y Pando), una iniciativa trinacional de desarrollo. Fundación PIEB, La Paz.
- Chinellato Díaz, A.
2021. El portuñol en la triple frontera amazónica: del déficit al translenguar. *LaborHistórico* 7:45-69.
- Celada, M. T.
2002. *O espanhol para o brasileiro: uma língua singularmente estrangeira*. Tese de doutorado, UNICAMP.
- Contreras, Y., Tapia, M., & Liberona, N.
2017. Movilidades y prácticas socioespaciales fronterizas entre Arica y Tacna. Del sentido de frontera a la transfronteridad entre ciudades. *Diálogo Andino* 54:127-141.
- Daly, P., Dias, A. L., & Patuleia, M.
2021. The impacts of tourism on cultural identity on Lisbon historic Neighbourhoods. *Journal of Ethnic and Cultural Studies* 8:1-25.
- Dilla Alfonso, H., & Álvarez Torres, C.
2018. Arica/Tacna: los circuitos económicos de un complejo urbano transfronterizo. *Diálogo Andino* 57:99-109.
- Emmanuel, A.
1972. *Unequal Exchange: A Study of the Imperialism of Trade*. NLB, London.
- Enich, C. A.
2014. "A censura de dialetos" na colônia Erechim: a aplicação da Lei de Nacionalização (1937-1945). Trabalho de Conclusão de Curso, Erechim.
- Eriksen, T. H.
1992. Linguistic hegemony and minority resistance. *Journal of Peace Research* 29:313-332.
- Errington, J. 2001.
Colonial linguistics. *Annual Review of Anthropology* 30:19-39.
- Ferreira da Silva, D.
2014. Ninguém: direito, racialidade e violência. *Meritum (Belo Horizonte)* 9:67-162.
- Ferreira da Silva, D.
2006. À brasileira: racialidade e a escrita de um desejo destrutivo. *Revista Estudos Feministas* 14:61-83.
- Fontes, M. L.
2011. Indigenismo, Soberania e Geopolítica na Região da Reserva Indígena Raposa Serra do Sol. *Caderno de Relações Internacionais* 2.
- Gonzaga, A.
2017. Ministros e governadores debatem soluções para a segurança pública e o controle das fronteiras (30 de outubro de 2024). *Assessoria de Comunicação Social (Ascom), Ministério da Defesa, Poder Executivo Brasileiro*, <https://www.gov.br/defesa/pt-br/centrais-de-conteudo/noticias/ultimas-noticias/ministros-e-governadores-debatem-solucoes-para-a-seguranca-publica-e-o-controle-das-fronteiras>
- Gramsci, A.
1966. *La Questione Meridionale*, Editori Riuniti, Roma.
- Grees, M. F.
2019. Multiculturalismo e formação docente em espanhol: o currículo como resistência. *Matraga-Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da UERJ* 26:98-121.
- Griaudi, G.
1997. Images of the South: The Mezzogiorno as seen by Insiders and Outsiders. En *The new history of the Italian South: The Mezzogiorno Revisited*, editado por R. Lumley and J. Morris, pp. 83-113. University of Exeter Press.
- Heller, M.
2009. Colonialism and re-imaging minority language management. *Journal of Multicultural Discourses* 4:103-106.
- Hernández Cabrera, C. E., & Samper Hernández, M.
2018. Creencias y actitudes de los jóvenes universitarios canarios hacia las variedades cultas del español. *Boletín de filología* 53:179-208.

- Kadel, E.
2002. Contamination: crossing social borders. *International Journal of Qualitative Studies in Education* 15:33-42.
- Kapoor, N., Narkowicz, K.
2019. Characterising citizenship: Race, criminalisation and the extension of internal borders. *Sociology* 53:652-670.
- Lipski, J.
2011. Um caso de contato de fronteira: O sudoeste. In *Os Contatos Linguísticos no Brasil*, editado por C. Altenhofen, H. Melo, & T. Raso, pp.349-368. Ed. UFMG, Belo Horizonte.
- Lipski, J. M.
2006. Too close for comfort? The genesis of "portuñol/portunhol". *Selected Proceedings of the 8th Hispanic Linguistics Symposium*, pp. 1-22. Cascadilla Proceedings Project, Somerville.
- Malik Liévano, B., & Ballesteros Velázquez, B.
2015. La construcción del conocimiento desde el enfoque intercultural. *Diálogo Andino* 47:15-25.
- Messina, M., & Di Somma, T.
2017. Ocidente. In *Uwa'kürü - Dicionário Analítico V.2*, editado por G.R. Albuquerque & A.S. Pacheco, pp. 272-286. Nepan Editora, Rio Branco.
- Messina, M., Santos Filho, C. D., Silva, J. F., Gomes, L. G., & Di Somma, T.
2014. Racialidade, Branquitude e Branqueamento no Cinema Brasileiro Contemporâneo: Que Horas Ela Volta?, Aquarius e O Crime da Gávea. In *Perspectivas Luso-Brasileiras em Artes e Comunicação - Vol. 2*, eds. I. Fechine, J. Carrega & D. Araújo, pp. 115-131. Edições CIAC, Faro.
- Messina, M., & Souza, J. A.
2018. Rios, pontes, balsas e fronteiras: uma provocação desde a brasilidade liminar e precária do Vale do Rio Acre. Muiraquitã. *Revista de Letras e Humanidades* 6.
- Messina, M., & Souza, J. A.
2019. Colonialismo e confisco de terras, ou como os Huni Kuin foram expulsos de Plácido de Castro, no Acre. *Anais do II GELLNORTE – Linguística e Literatura na Amazônia: Políticas de Pesquisa para as margens*. Editora UEA, Manaus.
- Mignolo, W. D.
2009. Epistemic disobedience, independent thought and decolonial freedom. *Theory, Culture & Society* 26:159-181.
- Mondaca Rojas, C., & Gajardo Carvajal, Y.
2013. La educación intercultural bilingüe en la región de Arica y Parinacota, 1980-2010. *Diálogo Andino* 42:69-87.
- Morais, M. D. J.
2016. "Acreanidade": *Invenção e Reinvenção da Identidade Acreana*. Edufac V, Rio Branco.
- Moreno Fernández, F.
2006. Actitudes lingüísticas de los brasileños en la frontera amazónica. *Haciendo Lingüística: Homenaje a Paola Bentivoglio*:811-832. Universidad Central de Venezuela.
- Nenevé, M., Sampaio, S.
2015. Re-imaginar a Amazônia, descolonizar a escrita sobre a região. In *Literaturas e Amazonas: Colonização e Descolonização*, eds. G. Albuquerque, M. Nenevé & S. Sampaio, pp. 19-35. Nepan, Rio Branco.
- Pádua, J. A.
2000. Biosfera, história e conjuntura na análise da questão amazônica. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos* 6:793-811.
- Perl, M., Pörtl, K., Marin Presno, A.
2012. Identidad cultural y lingüística en Colombia, Venezuela y en el Caribe hispánico. *Actas del Segundo Congreso Internacional del Centro de Estudios Latinoamericanos de la Universidad de Maguncia en Germersheim*. De Gruyter, Berlin.
- Pimenta, J.
2015. O Amazonismo Acriano e os povos indígenas: revisitando a história do Acre. *Amazônica-Revista de Antropologia* 7:327-353.
- Preuss, E. O., & Álvares, M. R.
2014. Bilinguismo e políticas linguísticas no Brasil: da ilusão monolíngue à realidade plurilíngue. *Acta Scientiarum. Language and Culture* 36:403-414.
- Pugliese, J.
2015. Geopolitics of aboriginal sovereignty: Colonial law as 'a species of excess of its own authority', aboriginal passport ceremonies and asylum seekers. *Law Text Culture* 19:84-115.
- Pugliese, J.
2008. Whiteness and the blackening of Italy: La guerra cafo-na, Extracomunitari and Provisional Street Justice. *Portal: Journal of Multidisciplinary International Studies* 5:1-35.
- Pugliese, J.
2007. White Historicide and the Returns of the Souths of the South. *Australian Humanities Review* 42:47-73.
- Quijano, A.
2005. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In *A Colonialidade do Saber: Etnocentrismo e ciências Sociais – Perspectivas Latinoamericanas*, ed. E. Lander, pp. 107-126. CLACSO, Buenos Aires.
- Rajagopalan, K.
1997. Linguistics and the myth of nativity: Comments on the controversy over 'new/non-native Englishes'. *Journal of Pragmatics* 27:225-231.

- Rivarola, J. L.
2001. Sobre variedades y normas del español en el marco de una cultura lingüística pluricéntrica. *II Congreso Internacional de la Lengua Española*, Valladolid, 16-19 octubre de 2001, < https://cvc.cervantes.es/obref/congresos/valladolid/ponencias/unidad_diversidad_del_espanol/1_la_norma_hispanica/rivarola_j.htm > [Consultado el 2/5/2025].
- Rock Núñez, M. E.
2016. Memoria y oralidad: formas de entender el pasado desde el presente. *Diálogo Andino* 49:101-112.
- Santos, A. S.
2016. Encontros e desencontros em narrativas de haitianos na Amazônia acreana. *Muirakitã: Revista de Letras e Humanidades* 4:18-38.
- Silva, F. B.
2020. *Acre, forma de olhar e de narrar: Natureza e História nas Ausências*. Nepan, Rio Branco.
- Silva, F. B.
2017. Insolitudes acres, híbridas e fronteiriças: as disputas pelas identidades. *Jamaxí* 1.
- Silva, F. B., Souza, J. A., & Messina, M.
2017. Contentious Narratives in Amazonian Cities Along the Brazil–Bolivia. Border: Memories and Resentments Turned Heroic and Glorious. *Bitácora Arquitectura* 36:130-137.
- Silveira da Silva, L. L.
2017. O papel das políticas territoriais especiais para a transformação das cidades de zona de fronteira: o caso das cidades gêmeas de Brasília, Epitaciolândia e Cobija. *REDES: Revista do Desenvolvimento Regional* 22:74-101.
- Souza, J. A., & Messina, M.
2018. Narrativas Contenciosas na Fronteira das Amazônia Boliviana e Brasileira. *Revista de Estudos de Literatura, Cultura e Alteridade-Igarapé* 5:332-349.
- Stephenson, M.
1999. *Gender and Modernity in Andean Bolivia*. University of Texas Press, Austin.
- Sturza, E. R.
2019. Portunhol: a intercompreensão em uma língua da fronteira. *Revista Iberoamericana de Educación* 81:97-113.
- Ugalde, M. C., Roweder, C., & De Farias, C. S.
2021. A Importância Da Revolução Acreana No Processo De Formação Do Estado Do Acre. *UÁQUIRI-Revista do Programa de Pós Graduação em Geografia da Universidade Federal do Acre* 3:6-24.
- Wilson, T. M., & Donnan, H.
1998. Nation, state and identity at international borders. In *Border Identities: Nation and State at International Frontiers*, ed. T.M. Wilson and H. Donnan. Cambridge University Press.
- Zitara, N.
1973. *Il Proletariato Esterno: Mezzogiorno d'Italia e le sue classi*. Jaca Book, Milan.